ARTIGOS - ARTICLES

**Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil:
querela entre Sílvia Romero e Manoel Bonfim em torno da
herança portuguesa na formação brasileira**

Cícero João da Costa Filho¹

Doutor em História Social
FFLCH – Universidade de São Paulo
cicerojoaofilho@gmail.com

Como citar este artigo: COSTA FILHO, Cícero João da “Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvia Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 62-87. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Sílvia Romero juntamente com Manoel Bonfim foram dois importantes intérpretes da cultura brasileira. Dialogando com teorias à época concebidas como a última verdade científica, os dois escritores analisaram o Brasil e pensaram seus problemas, propondo sua superação. Com uma visão minuciosa possibilitada pela gama de autores da crítica moderna, Sílvia Romero buscou esquadriñar a cultura brasileira tendo por base as leis orgânicas, ao passo que Manoel Bonfim, embora conhecesse alguns teóricos que influenciaram o bacharel, fugiu ao determinismo, trazendo as causas do atraso para o campo político, econômico, da cultura no geral. Vivendo momentos conturbados de um Brasil moderno que estava por vir, os dois escritores acima de tudo refletem problemas maiores que os de uma obra literária, expõem os problemas do país, suas causas e apontam a “melhor política” para o novo Brasil.

Palavras-chave: Sílvia Romero. Manoel Bonfim. Brasil. Ciência. Século XIX.

*Race and Evolutionism, Social Sciences in Brazil:
between Sílvia Romero and Manoel Bonfim about the Portuguese
heritage in the Brazilian*

Abstract: Sílvia Romero together with Manoel Bonfim were two important interpreters of Brazilian culture. Dialoging with theories the conceived as the last scientific truth, the two writers analyzed Brazil and thought their problems, proposing their overcoming. With a detailed view made possible by the range of authors of modern criticism, Sílvia Romero sought to scrutinize Brazilian culture based on organic laws, while Manoel Bonfim, although he knew some theorists who influenced the bachelor fled to determinism, bringing the causes of backwardness For the political, economic, and cultural field in general. Living in troubled times of a modern Brazil that was to come, the two writers above all reflect problems greater than those of a literary work, expose the country's problems, their causes and point to the "best policy" for the new Brazil.

Keywords: Sílvia Romero. Manoel Bonfim. Brazil. Science. XIX century.

I. Introdução

O advento das Ciências Sociais no Brasil é produto do conjunto de transformações operadas na Europa, especificamente em meados do século XIX. Assim como na Europa onde as ideias liberais e iluministas eram sintomas das novas forças produtivas, no Brasil é a partir de 1850 em decorrência de do surgimento da economia do café que se esboça uma intrincada discussão em torno das ideias modernas. Uma nova forma de pensar o Brasil se anunciava. Caio Prado Júnior indica o ano de 1850 como “o ponto de partida de toda a evolução posterior brasileira” (Prado Junior, 2007, 50). Essa conjuntura acolheria as novas ideias científicas e filosóficas, com as quais se deparou a geração de Silvio Romero, misturadas às teorias raciais que o escritor usaria para analisar o Brasil. Há uma intrínseca relação entre o surgimento das nascentes classes médias, o advento dos centros de saber e as ideias científicas chegadas ao Brasil neste momento. Toda uma movimentação de ideias que começou com a vinda da Família Real para o Brasil (Costa, 1967; Paim, 1984) tempos depois marcaria o pensamento da elite intelectual e política brasileira ganhando foros de verdade com a *Geração de 1870*, responsável pela gestação de um novo Brasil. (Schwarz, 1993; Alonso, 2002).

Se num primeiro momento a elite brasileira fora treinada nas universidades europeias (Carvalho, 2003) de modo específico, em Portugal, formando nossa burocracia de estado, com uma base canônica e humanista diante de um quadro intelectual contraditório, quanto mais evidente parecia ser o desenvolvimento das letras, artes e ciências, florescendo nomes ilustres, cada vez mais a população geral encontrava-se despossuída e analfabeta. Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, rompe-se formalmente a situação de dependência política e começa a fazer-se necessário o desvendar de uma cultura tipicamente nacional, objetivo dos escritores reunidos em torno do romantismo brasileiro e do IHGB (Candido, 2004).

Após um período de aproximadamente cinquenta anos, da independência ao advento das *ideias novas*, em que os letrados brasileiros assimilaram os elementos formadores da nação brasileira até certo ponto tributária de uma história de efemérides, que omitiu o massacre físico e cultural das populações indígenas como a espoliação do negro, o que vingou foi uma História produzida por uma sociedade branca, conservadora e católica, influenciada por Cooper e Chateaubriand. No bojo da dança das elites, surgiria outra geração, a dos bacharéis apegados aos esquemas explicativos oferecidos pelo evolucionismo na interpretação da cultura brasileira.

Em parte, são estes setores médios em ascensão que adentrarão as instituições de saber (academias, institutos históricos e geográficos, e museus), assimilando esse arcabouço científico, passando a interpretar a sociedade brasileira de forma funcional em concomitância com as necessidades das formulações burocráticas imprescindíveis à formação de um novo Brasil formado às benesses da elite latifundiária. A maior queixa da geração de 1870 era a falta de oportunidade política, eram homens oriundos de famílias bem estabelecidas, mas sem espaço no cenário político do país, eram homens marginais apenas politicamente. Os ensaístas brasileiros foram conquistados pela linearidade do processo histórico composto por etapas, onde a sociedade percorria inevitavelmente o caminho da barbárie à civilização (do menos diferenciado ao mais complexo), concepção oriunda da História natural, regida pelas leis inquestionáveis. Diga-se de passagem, esta concepção marcou em

maior ou menor grau todos os países da cultura ocidental que sofreram a influência da cultura europeia.

É por demais conhecido o circuito empírico das ideias do Determinismo e do Darwinismo Social disseminadas nas instituições brasileiras como também a divulgação do catecismo positivista nas escolas militares, figurando como principal nome dessa tradição Benjamim Constant. Assim é que o Evolucionismo é o argumento principal para pensar a vindoura nação para a superação de todo o estágio anterior brasileiro que para a elite política e intelectual era de puro atraso. Para os predecessores da Sociologia brasileira, o passado do país era vergonhoso, por ser o Brasil constituído por uma população mestiça que atravancava o estabelecimento do progresso. A Sociologia no Brasil nasce das mãos desses jovens bacharéis pertencentes a camadas sociais bem estabelecidas, por vezes jovens oriundos de famílias remediadas que pensam o Brasil conforme o olhar europeu. Por isso é que Antonio Candido descreve

O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as Teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira triunfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, neste terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira. Vemos então, na Sociologia, os juristas inaugurarem uma orientação científicista – como se dizia – que contou desde logo com a cooperação de engenheiros e, sobretudo médicos (Candido, 1959, 272)

Não era difícil compreender o sentido da empolgação pela ideia da evolução social: o Brasil precisava se adiantar na escala do progresso, uma vez que era desprovido dos valores exigidos pelos países europeus civilizados. Para tornar-se uma nação moderna, era preciso antes de tudo elaborar uma ideia nacional, camuflando os ódios de raça e de cultura, e só assim entrar no rol da cartilha científica dos países europeus. Mas, a adoção do princípio evolucionista não conseguia nublar nem a barbárie cometida contra os inúmeros grupos indígenas nem a intolerância cometida anteriormente em relação aos milhares de negros ao longo de quatro séculos de nossa história. É claro que no Brasil a leitura sobre a ideia de evolução não foi unívoca, ora misturando-se como crítica à monarquia, devido ao estreitamento das relações de uma sociedade aristocrática, ora incidindo sobre uma população mestiça, com costumes nada condizentes a uma nação moderna coberta por etiqueta. O certo é que a imagem de índios e, sobretudo, de negros esteve presente desde as primeiras reflexões brasileiras, mostrando a inferioridade dos grupos não brancos. O que as anotações dos primeiros cronistas e viajantes não conseguiam esconder era a constituição de um país composto por índios e negros. O racismo impiedoso de Oliveira Viana, posteriormente ao grupo de Romero, bem pode servir de exemplo à visão de boa parte da elite brasileira que sobreviveu ao Império e a escravidão,

Muito ao contrário do que acontece com os povos europeus e o norte-americano, entre nós o problema das raças não apresenta, no ponto de vista político, nenhuma complexidade. Em nenhum país do mundo coexistem, em tamanha harmonia e sob tão profundo espírito de igualdade, os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos tem aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. Está por exemplo, ao alcance de todos a propriedade da terra. Francos a todos, os vários campos do trabalho, desde a lavra da terra as mais altas profissões. Quanto aos Direitos políticos, não figura em nossas leis, entre as condições da sua investidura, o critério das raças. (Vianna, 1991, 15)

O sentido de todo o frenesi em torno da ideia de evolução se deu por uma simples questão: omitir um passado de conflitos entre o colonizador europeu e as “raças inferiores colonizadas” vistas a partir de um mundo bárbaro, degenerado por conta da mestiçagem, que impedia o progresso do país. Somente com a formação de uma raça homogênea, conforme a leitura de nossa elite intelectual a par de pressupostos pseudocientíficos seria possível alcançar o estado moderno. A mentalidade clássica do pensamento social brasileiro é simplória, pragmática, está sempre a serviço das maquinações políticas por mais sutis que sejam.

Uma vez não delimitado cada ramo do conhecimento, um pensador como Sílvia Romero pensava numa intuição geral e irredutível, a sociedade a todo custo seria concebida pela infalibilidade das leis e os intelectuais brasileiros do período, estabelecidos nas instituições de saber, tentaram extrair do ‘todo’ a parte que melhor podia ser trabalhada para identificar os males brasileiros, na busca pelos remédios! Fosse qual fosse o ramo do conhecimento oriundo da especialização do saber que já se iniciava, a ideia central era o tema da evolução. Dispensando a farta discussão que gira em torno da primazia do Recife com relação à assimilação das ideias, defendidas por Sílvia, evolução era tema que estava por todas as partes do Brasil. Em universidades, academias militares, museus e institutos históricos e geográficos, evolução era o argumento basilar para avaliar o estágio brasileiro frente aos países considerados modernos. Empolgados pelas certezas que só a *religião científica* poderia fornecer, os jovens ‘sociólogos’ reverberavam o tema da evolução sob todas as formas. Na verdade, por nenhum motivo, deve-se omitir a grande teia que encobriu um passado de dores, horrores e marcas jamais esquecidas num Brasil que foi o último a abolir a escravidão. O medo de uma *onda negra* era iminente, enfim, houve no Brasil toda uma estrutura que tornou a concepção de evolução uma verdadeira palavra de ordem. O pano de fundo não poderia ser mais propício para a justificativa evolucionista! (Azevedo, 2004)

Os conceitos emprestados das Ciências Naturais, que tinham por base a Zoologia e a Botânica, tempos depois, com o surgimento da ideia de evolução disseminada a partir do conhecimento da publicação da obra de Darwin (1859), passaram a servir de base teórica para analisar o estágio evolutivo ou de desenvolvimento dos países no Novo Mundo, configurando a maneira de pensar da elite intelectual e política brasileira. A nascente Sociologia surgia parcialmente sob o influxo das Ciências Naturais, nas quais as categorias do meio e da raça eram termômetro de avaliação do grau de civilização ou de barbárie dos agrupamentos humanos. Homens como Max Weber e Émile

Durkheim, todavia, não consolidaram a questão racial em seus escritos inaugurais como problemática sociológica e até criticaram esta concepção naturalista.

Como prova da crença inabalável nas leis científicas, os campos da Antropologia Física que se estendiam às áreas de Craniometria e Frenologia determinavam as análises das interpretações brasileiras de boa parte da produção ensaística a partir das três últimas décadas do século XIX (GOULD, 1999). O impacto destes conceitos modelou o pensamento brasileiro até à década de 30 do século seguinte, quando ocorre em tese uma virada historiográfica decorrente da influência da Antropologia de Franz Boas no pensamento de Gilberto Freyre (que elogiou aspectos do pensamento de Romero), além dos desdobramentos dos debates modernistas envolvendo nomes como os de Mario de Andrade (a rapsódia *Macunaíma*) e Paulo Prado (o ensaio *Retrato do Brasil*). Segundo Skidmore,

Obras social-darwinistas, sobretudo, tinham grande influência no Brasil. Praticamente, todo pensador social brasileiro – antes de 1914 – se viu a braços com o Darwinismo Social. São frequentes as citações de figuras como Spencer, Le Bon, Lapouge e Ingenieros. Os brasileiros, de regra, aceitavam o Darwinismo Social, em princípio, tentando apenas descobrir como aplicá-lo à sua situação nacional. (Skidmore, 1976, 70)

Incumbidos de gerirem o progresso do país, nossos ensaístas da segunda metade do século XIX voltavam seus olhares para o elemento raça, que hipoteticamente obstava o desenvolvimento e formação das nações. No fundo, a discussão racial no Brasil era respaldada por uma pseudociência determinista que tolhia toda e qualquer discussão em torno da cidadania dos menos favorecidos, uma vez que, segundo os preceitos do darwinismo social, era dado incontestemente a hierarquia racial. O certo é que, com a presença de tantas ideias, não deixa de ser simplismo atribuir o atraso brasileiro aos critérios morfológicos como a cor da pele, a forma do nariz, o tamanho da cabeça, tudo isto somado às influências das contingências de um meio que totalmente inóspito (O Brasil estava situado abaixo da linha dos trópicos), debate controverso que se espreitou nossos escritores românticos.

Para Maria Isaura Pereira,

estes cientistas sociais acusavam a persistência de costumes bárbaros, aborígenes e africanos de serem obstáculos impedindo o Brasil de chegar ao esplendor da civilização européia. Consideravam-nos assim como uma barreira retardando o encaminhamento do país para a formação de uma verdadeira identidade nacional, que naturalmente embaraçava também um desenvolvimento econômico mais eficiente (Queiroz, 1989, 30)

Desse modo, o Darwinismo Social tornou-se a vertente do pensamento científico predominante porque pregava a superioridade do homem branco em detrimento de índios e negros, forjando a identidade nacional brasileira constituída a partir de suas respectivas representações. Chacon é categórico:

O Darwinismo foi a maior escola de presença filosófica no século XIX, não lhe faltando em seguida inúmeros avatares. Até na hora do sepultamento de Karl Marx, seu fiel amigo Friedrich Engels se sentia na obrigação de evocar uma analogia: “assim como Darwin descobriu a lei da Evolução da natureza orgânica, assim Marx descobriu a lei pela qual se rege o processo da História Humana (Chacon, 1977, 47)

A partir de 1870, segundo Roberto Ventura (1991), as teorias raciais adentram o universo institucional brasileiro das faculdades de direito e de medicina, museus e demais instituições nacionais. De acordo com Thomas Skidmore, “quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas ideias geradas da Europa tanto mais ouviam falar da inferioridade do negro e do índio” (Skidmore, 1976, 69).

Fosse por meios literários, científicos ou políticos, o cenário nacional brasileiro dos três últimos decênios do século XIX era representado e apresentado no exterior tendo como parâmetro a sociedade considerada requintada e fina, com as normas e os padrões da cultura europeia que alijavam a maioria da população pobre e mestiça, despossuída dos mínimos direitos de cidadania. Gerou-se, portanto, toda uma política sutil de controle social tendo por base a triste ideologia das *classes perigosas* fincada sob particularidades da raça (Chalhoub, 1990). Nas últimas décadas do século XIX, os ensaístas brasileiros trataram de elaborar mais um projeto de identidade nacional. Enfrentando uma ampla diversidade cultural constituída pela rica cultura africana, misturada a credos de um catolicismo dissidente formada por superstições da população rural que, paradoxalmente, era presa fácil do catolicismo oficial, sobrava à cultura de índios e mestiços, urgindo a construção da identidade nacional brasileira.

As categorias do meio e da raça serviram estrategicamente para construir o modelo de nação almejada pelas elites política e intelectual do Brasil, sufocando toda a diversidade cultural das raças consideradas inferiores como índios e negros. É agradavelmente surpreendente que um pensador como Romero, tão apoiado naquelas referências, tenha dado atenção a cantos e contos populares, inclusive de negros e indígenas, contribuindo para a legitimação desses grupos no universo da identidade nacional.

Em meio à grande fachada da *belle époque* carioca, buscou-se o “melhor” modelo de pensamento para condenar a sociedade “atrasada” do Império e instaurar o progresso no país. Reconhecendo que as teorias científicas adentraram no Brasil a partir de 1870, bem no momento da febre do afrancesamento carioca, é preciso salientar a importância do Rio neste momento no cenário nacional. É somente assim que se compreende o porquê da adoção dos elementos climáticos e raciais como parâmetros para analisar o Brasil, investigar os problemas nacionais, apontar os caminhos para uma sociedade civilizada (equivalência da nova sociedade republicana que estaria por vir), na construção da identidade nacional.²

Tomava corpo a ânsia nervosa de procurar os elementos constituintes desta identidade, do caráter nacional brasileiro. Aqui, o elemento racial é recurso imprescindível para a ideologia do caráter nacional, cara ideologia instrumentalizada para colonizar o país.

O racismo estava, pois, presentes nos trabalhos destes pesquisadores do século XIX, de envolta, em doses variadas, com o pessimismo pelo futuro econômico e cultural do país, assim como a negação da existência de características especificamente brasileiras, e até mesmo da possibilidade de sua formação um dia. Estes medos ora apareciam em determinadas apreciações, oram permaneciam latentes, mas eram facilmente discerníveis num adjetivo, na construção de uma frase, e sublinhavam a maioria dos raciocínios e das inferências. De qualquer modo, uma pergunta estava sempre presente, explícita ou implícita: chegaria um dia todos os brasileiros, apesar da variedade de seus grupos étnicos e de suas posses a configurar um patrimônio cultural harmonioso e refinado, que seria partilhado por todos, em todas as regiões, em todas as camadas sociais? Pois para estes cientistas, sem harmonia não haveria civilização. (Queiroz, *Ibidem*, 30)

Não é sem razão que as ideias sobre a evolução e o determinismo (racial e climático) são assimiladas no Brasil como forma de mostrar o atraso do país, para a superação do atraso, tendo como fundamentação mais significativa o darwinismo social, que credita a superioridade cultural ao homem europeu por sua superioridade racial e biológica, inseparável de suas condições morais e mentais. Para boa parte dos ensaístas brasileiros, o atraso do país residia na mestiçagem que a cada dia levava a elite econômica e política a temer a degeneração do país, o que era posição também de Silvio Romero – que, todavia, abraçou a causa da mestiçagem. Como lembra Lilia Schwarcz (2006) *raça* fora um *conceito negociado* que serviu de estratégia política para a elite no momento em que o país libertava seus negros e caminhava em direção à nova ordem republicana. Entre a ideia de miscigenação e a teoria do branqueamento, passavam-se os dias e a elite manipulava muito bem, tendo por base os preceitos ‘científicos’, barrando qualquer forma de contestação por parte da população em geral. Em grande parte dos ensaístas brasileiros dessa época, a solução para livrar o país da degeneração era embranquecê-lo, unir-se a outros povos, criando a ideia de um país verdadeiramente democrático que nunca enfrentou nenhum ódio de raças. Nesse sentido, o problema de assimilação desses grupos era adiado para um futuro indefinido – estratégia semelhante ao adiamento quase secular do fim da escravidão, no Brasil Império.

Para Sílvia, era necessária a mistura das três raças na formação da identidade brasileira, resultando na importante contribuição do mestiço como a maior singularidade do país. Se para grande parte dos escritores da época a causa do atraso brasileiro residia na presença de uma vasta população negra e mestiça, para Romero, especificamente, a alternativa para se buscar a identidade seria favorecer a imigração europeia do homem branco, considerado o *trabalhador ideal*, espalhando tais imigrantes no território brasileiro de maneira racional. A mestiçagem era para boa parte da elite intelectual brasileira a raiz do atraso brasileiro porque era reflexo direto da degeneração social que só provava o caráter bárbaro do país. Começava a ganhar corpo no Brasil toda uma vasta produção de saberes que tinha como centro a discussão em torno da origem racial, marcando, delimitando e constituindo o campo da nascente Sociologia no Brasil.

Os estudos de Nina Rodrigues atestam em grau máximo a crença na superioridade do homem branco, resultado das leituras que tinha dos teóricos racistas europeus. Contrário ao livre arbítrio por parte dos seres, baseando-se em autores como Ferri e Tarde, Rodrigues acreditava na diferença das raças e, como desdobramento, na diferença evolutiva dos seres humanos:

Se de fato a Evolução mental na espécie humana é uma verdade a medida que descemos a escala evolutiva a mais e mais nos deveremos aproximar das ações automáticas e reflexas iniciais. Deste jeito, nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fontes e origem de atos violentos e anti-sociais, por muito predominarão sobre as ações refletidas e adaptadas que só se tornam possíveis nas raças cultas e nos povos civilizados com o aparecimento de motivos físicos de uma ordem moral mais elevada. (Rodrigues, 1895, 88)³

De acordo com o médico maranhense, a evolução biológica explicaria o grau civilizatório de determinados grupos humanos. Juntamente com o darwinismo social, pode-se afirmar sem receios que a ideia de evolução social, consoante suas interpretações (uma delas a *lei da recapitulação*), definiu a visão de mundo dos ensaístas brasileiros até a virada cultural da década de 1930. Analisar a categoria abstrata da raça é trazer para a discussão a questão da desigualdade inata dos homens juntamente com sua triste conclusão: a superioridade do homem branco em detrimento de índios e negros. As teorias raciais que se esboçaram de maneira explícita são tributárias e se confundiram na era moderna com os argumentos de liberdade, igualdade e fraternidade que, de maneira paradoxal, à medida que se desprenderam da argumentação metafísica da Igreja, legitimaram a hierarquização entre as mesmas. É aqui que surgem os princípios do racismo considerado científico, que terá seu auge nos meados de 1870, servindo de justificativa colonialista para explorar as populações nativas de diferentes partes do mundo em nome da missão civilizadora do homem branco.

O darwinismo social caiu como uma luva nas mãos da *intelligentsia* brasileira, servindo de justificativa para argumentar a superioridade do homem branco e as vantagens do regime republicano que estaria por vir, equivalência do estágio positivo para a formação do estado nacional. Uma vez existindo diferenças entre as raças e sendo a ideia de evolução argumento nas leituras brasileiras, resultou que aquela concepção, em muitas ocasiões, confundiu-se com a ideia de progresso⁴ (Le Goff, 2008; Herman, 1999; Morgan, 2005). Cabe ressaltar que o impacto da ideia de evolução adentrou também o senso comum e o pensamento acadêmico científico até em correntes como o Marxismo e em áreas de conhecimento como a Psicanálise, a Antropologia e a Etnografia. Desse modo, entendia-se que, assim como acontecia com os reinos animal e vegetal, a espécie humana tendia sempre do estágio mais simples ao mais complexo ou do menos diferenciado ao mais diferenciado. Fora esta a grande mudança na maneira de conceber a humanidade. Lembremos que Sílvia muito recorre a Kant para validar seus argumentos acerca de todo o processo de conhecimento. Mas ao mesmo tempo em que a ciência avançava e colocava o homem como o único ser capaz de produzir cultura, os antropólogos concluíam que quase não existia diferença entre os seres humanos e os grandes primatas como símios e chimpanzés.

Quanto mais se buscava os possíveis antepassados do homem, mais o tema da evolução inquietava os estudiosos. Lembra Poliakov: “Bertrand Russel observou que a Teoria de Darwin foi essencialmente uma extensão ao mundo animal e vegetal da Economia política do *laissez-faire*” (Poliakov, 1974, 198). O abalo provocado a partir da ideia evolucionista fora geral porque contrariava a tese criacionista. Segundo Silas Guerriero: “Em meados do século XIX, a humanidade levou um choque. Um cientista inglês, geólogo e naturalista, ameaçou nosso lugar sobre o pedestal dos seres

vivos. Charles Darwin colocou-nos na incômoda companhia de todos os outros animais” (Guerriero, 2008, 8).

A ideia evolucionista demonstrou ser um excelente argumento para colonizar os países habitados por seres “incapazes”, que viviam num meio inóspito, onde as forças da natureza eram tamanhas que não favoreciam o alvorecer civilizatório. A Europa era o centro de seres evoluídos e superiores. A ironia sofrida por Darwin logo causou inquietação suscitando teorias das maiores celebridades (naturalistas europeus e americanos), como Lamarck, Mendel, Buffon, Etinne Serres, Agasiz, Morton, Gliddon, Cuvier, Lyell, Humboldt, os últimos “os três maiores naturalistas do século”, (Poliakov, 1974) marcando os estudos da Antropologia evolutiva, onde também figuravam nomes como os de Tylor e Frazer.

Trilhando os caminhos da cartilha de Comte, a elite brasileira condenou o atraso da sociedade imperial em nome dos ideais modernos padronizados pelas categorias abstratas do meio e raça. Tornou-se imprescindível erigir instrumentos analíticos para avaliar o estágio civilizatório dos países colonizados, sentido maior da adoção da escola do darwinismo social. Diante do alvoroço de ideias na transição Império/República, a teoria da evolução era, para Romero, a principal em sua interpretação brasileira

O que sabemos ser a lei máxima de todos os fenômenos da História, como a de todos os fenômenos do mundo físico, a lei da Evolução, cuja fórmula mais completa é aquela que é devida ao gênio de Herbert Spencer; o que sabemos que não podem existir fatos sem antecedentes imediatos, sem a passagem de um estado de diferenciação e coerência, não podemos admitir o milagre da existência de instituições, quatro vezes seculares, no ar, sem a menor base na vida nacional. Tal idéia pode ser de muito efeito na boca de declamadores e ignorantes; mas não tem poder ter apoio da Ciência. (Romero, 1969, 269)

O evolucionismo tornou-se, não apenas para Romero como para a maioria dos ensaístas brasileiros das três últimas décadas do século XIX, a base explicativa para entender o país. Foi pelas teias do evolucionismo que o crítico preteriu toda uma ordem imperial e atrasada a favor do progresso brasileiro diante da miséria e do analfabetismo do povo de seu país. Como desdobramento do vasto repertório de leituras que conhecia, num primeiro instante, aderiu ao determinismo climático de Buckle, mesmo discordando de algumas de suas ideias, mas não de sua teoria. Preocupando-se com a influência dos fatores do meio ambiente, procurou explicar o atraso da cultura brasileira responsável pela falta de vitalidade literária do país.

Embora sua concepção de meio não se reduzisse aos fatores geográficos, mostrou a morte precoce dos escritores do país e a falta de talento de nossos primeiros poetas devido aos elementos climáticos e naturais do país. Discordando do autor da *História da Civilização na Inglaterra*, que nunca conheceu o Brasil, concluía Sílvia que “Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores” (Romero, 1960, 87). A apatia da literatura brasileira, sem criatividade, decorria do calor e da umidade “daí um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas Letras” (Ibidem, 91). As teorias climáticas e as análises raciais justificavam o atraso brasileiro e, com isso, Sílvia discordava de toda a

história do país porque os interpretes não analisavam o país a luz das novas ideias naturalistas. As categorias raciais e climáticas passavam a ser a chave explicativa para explicar o estágio brasileiro, ao mesmo tempo em que davam suporte científico para a modernização das estruturas sociais e políticas do país explicando assim o atraso brasileiro.

As categorias raciais e mesológicas estavam em pauta porque subsidiavam a formação da identidade nacional brasileira. Era indispensável identificar a que raça pertencia o brasileiro. Nesse sentido, fez-se uma radiografia dos elementos integrantes do Brasil, balizadas por questões como: O que fundava a nação brasileira? Quais os temas abordados pelos polígrafos em seus trabalhos no momento de formação do estado nacional brasileiro? Até que ponto o método adotado pela elite simbólica e política, recorrendo às teorias raciais e mesológicas, não contribuiu para o não conhecimento do próprio Brasil? Estavam na natureza em geral ou na raça em particular os atributos que dariam as respostas cabíveis, na visão desses homens ilustrados, para esclarecerem as razões do atraso brasileiro?

Com o fim da economia escrava, urgia encontrar a identidade brasileira centrada não por acaso na questão racial num país possuidor de uma *identidade pela falta* (Schwarcz, 1995) caldeada pelo cadinho de raças mergulhado no processo de transformações econômicas e tecnológicas que se processavam desde 1850, com o fim do tráfico de escravos. Tinha sido a era do surgimento dos bancos, assim como dos correios, telégrafos e ferrovias, sob a iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, e de outros empresários ou grupos mercantis ligados a diversos ramos do comércio. O Brasil atravessava uma nova fase da expansão capitalista, inserindo-se nas relações econômicas do mercado mundial e no mundo da cultura europeia. Em contraposição à elite intelectual do Primeiro Império, assentada sob a economia agrária que se formara sob o reformismo da Universidade de Coimbra, não atingida pelo Iluminismo (Carvalho, 2008) agora, nas cidades, emergiam os filhos da antiga aristocracia colonial, assimilando as teorias do Positivismo, do Evolucionismo e do Determinismo. Estes homens buscavam, por meio de seus escritos, encontrar os porquês do atraso brasileiro, partindo das condições raciais no seio de um verdadeiro laboratório racial, recorriam aos fatores climáticos, na análise do grau evolutivo da sociedade brasileira. Temas como a questão servil e a mudança de representação política estavam na ordem do dia, a farta produção ensaística e romanesca tratava de tais questões. Os *meetings* ocorridos nas praças públicas, com toda sua efervescência panfletária, as discussões anunciando melhorias do regime republicano assegurando uma sociedade mais democrática, sem a presença da escravidão, deram suporte as leituras do cientificismo europeu (Carvalho, 1987). Não é por acidente que as teorias raciais adentram os centros de formação de saber no Brasil a partir de 1870, respaldando e tonificando os discursos científicos de boa parte do ensaísmo brasileiro. De acordo com Roberto Ventura,

As Teorias das desigualdades raciais se difundiu no Brasil, junto com os ideários naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, nas três últimas décadas do século XIX. A afirmação da existência de etnias inferiores justificava a formação de um novo imperialismo, o que foi percebido por Araripe Júnior e Manoel Bonfim, tornando-se objeto de polêmica com Sílvia Romero, que defendia o caráter científico das ideias racistas (Ventura, 1991, 55)

Embora José Veríssimo afirme que as *ideias de fora* demorassem cerca de vinte anos para chegarem ao Brasil ao longo da colônia e do Império brasileiro, no que concerne ao conhecimento das ideias deterministas e do evolucionismo, a assimilação parece ter sido muito precisa. Segundo Thomas Skidmore, “Um tal corpo de pensamento racista sistemático não existia, ainda, na Europa de 1800. Por volta de 1860, todavia, as Teorias racistas tinham o beneplácito da Ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa” (Skidmore, 1976, 65). É o mesmo Roberto Ventura que em sua tese afirma a centralidade da questão étnica no Brasil, enviesando o discurso liberal a partir de 1880 (Ventura, 1991, 192). Percebe-se a sintonia das *ideias de fora* quando se tratava do cenário brasileiro. Cabe salientar a enorme discussão (já ultrapassada e talvez superada na historiografia brasileira) sobre o problema do *mal da cópia* com relação a seus centros de origem, o que foge ao escopo deste trabalho. Apenas é necessário salientar, sem sermos reducionistas, à seleção de ideias e à recodificação destas para a aplicação no cenário brasileiro, no que reside seu caráter de originalidade.

O sentido e a adoção das ideias do determinismo e do evolucionismo se confundem com a busca do caráter brasileiro, ou seja: os argumentos oferecidos pelas teorias do Evolucionismo, do determinismo racial e geográfico, foram indispensáveis para a criação da identidade nacional. Desse modo, mesmo que reconheçamos que as teorias e doutrinas europeias estivessem fora de lugar, que a imagem que a elite brasileira queria para o país era completamente diferente do cenário de origem, seguramente é este o sentido da assimilação das inúmeras ideias científicas. À medida que o *corpus* científico europeu servia de parâmetro para análise do “atraso” ou do “progresso” dos países, e especificamente, vivia o Brasil uma situação de atraso, a elite forjou um discurso bem urdido de que a *involução* se dava pela constituição de um país constituído por raças biologicamente inferiores. A mudança para o regime republicano e para a abolição da *nódoa escrava* eram os principais indícios reveladores do atraso brasileiro e esperanças para sua superação.

De maneira estratégica, a elite confeccionou dois discursos para impedir qualquer forma de protesto social por parte dos não-brancos e dos menos favorecidos: o Brasil estava se degenerando por conta do *laboratório racial* fazendo-se necessário a vinda do branco europeu para modernizar o país. O evolucionismo oferecido pela leitura de Darwin, juntamente com a contribuição de Comte, permitiam a interpretação de que as sociedades percorrem inevitavelmente sempre o mesmo caminho civilizatório: caminham inevitavelmente do estágio inferior-bárbaro em direção ao superior-moderno-positivo-civilizado. Enfim, estava em pauta pensar o Brasil com um *patrimônio cultural homogêneo* (Queiroz, 1992) na busca dos elementos constituintes da nação. Desse modo, os ensaístas brasileiros se detinham na investigação sobre a singularidade do país, no que resultava um saber puramente prático. Como lembra Renato Ortiz, analisando os precursores das Ciências Sociais no Brasil de raiz durkheimiana e seus respectivos cientistas sociais, “O que se propõem os intelectuais do período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é”. (Ortiz, 2003, 34)

Como se depreende da citação, o que estava por detrás de todo um aparato baseado nas categorias analíticas do meio e da raça era esboçar o Brasil como nação. Raça e meio se tornaram um verdadeiro fetiche nas leituras sociais brasileiras. Os *homens de Ciência* propõem uma análise evolutiva da sociedade, dando margem não somente à ideia do atraso brasileiro, como também a condição para

solucionar o atraso do país. A adoção das teorias do meio e da raça não escondia o maior problema brasileiro: abolir gradativamente a escravidão e substituí-la pelo trabalhador ideal branco, sem causar rupturas na estrutura social vigente. Os ditames científicos capacitaram todo o processo de formação da identidade nacional brasileira.

A questão da identidade nacional brasileira já era tema central quando do surgimento do romantismo brasileiro e da fundação do IGHB, em 1838. Criado justamente para forjar uma História brasileira e, por conseguinte, uma identidade nacional a partir de suas efemérides no mais alto teor positivista, bem condizente a uma sociedade estamental e de corte, a questão das três raças já era preocupação da elite imperial brasileira quando dos encontros de poetas e escritores protegidos do mecenas, amante das Letras e das Artes D. Pedro II (Schwarcz, 1998). Ganhador da melhor dissertação intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil?*, elaborada sob encomenda de Pedro II, a monografia do bávaro Von Martius já trazia a questão sobre a participação das *forças diagonais* (Romero, 2002, 562) identificando o brasileiro como o resultado das três raças, ⁵suscitando a cara ideologia da democracia racial brasileira (Damatta, 1987, 70). Nessa perspectiva, vivendo uma democracia racial, o povo brasileiro era um povo mestiço, uma mestiçagem que caracterizava a singularidade da cultura brasileira.

II. Interpretações brasileiras: entre o parâmetro racial de Romero e a natureza cultural de Bomfim

Em *A América Latina*, mesmo título de um livro de Manoel Bonfim, Sílvia analisava a obra do seu conterrâneo e médico sobre a situação social do Brasil. Para compreender a sociedade brasileira, partia o crítico literário de um arsenal por demais complexo, que o mesmo denominava da “nova intuição moderna”. Ancorado pelas teias do cientificismo, do que era considerado a última moda em ciência na época (no decênio de 1870), no caso, as teorias do determinismo (climático e racial), do evolucionismo e do positivismo, somava-se a este arsenal teórico a influência da Escola de Le Play, que considerava o modo de organização social das famílias. Figura polêmica, um verdadeiro turbilhão como nos lembra Antonio Candido, um homem que rosnava pela inveja, Sílvia não poupou a visão de Bomfim, afirmando que “tal a razão pela qual, tiradas as divagações, o livro se reduz a cinza e nada”. (Romero, 1906, 53) ⁶

Com sua característica ímpar de turbilhão, lembremos que o único escritor poupado pelo polemista fora seu conterrâneo Tobias Barreto, que embora não tenha sido seu mestre como chegou a afirmar alguns pesquisadores sobre a figura do bacharel, criou o conhecido movimento filosófico em 1868, a *Escola do Recife*. Era de sua personalidade e do momento da época as arengas literárias, momento de nossa história bem trabalhada por Roberto Ventura. As agressões chegavam a ferir a honra pessoal do adversário, o próprio Sílvia descreve em *Questionário a João do Rio* sua ‘predisposição’ para a crítica literária, devido aos maus tratos sofridos por seus irmãos, durante o tempo de meninice, no engenho Moreira, de seu avô. Adiantamos que toda a produção literária de Sílvia é extremamente comprometida por sua face polêmica, o que em nada faz desmerecer um autor tão importante e com sua contribuição nova de olhar a herança do negro na historiografia brasileira. Romero não fora um agitador como pensa Lília Schwarcz, transmitindo uma ideia de ser a obra do escritor fundamentada a

partir da característica de agredir o adversário. Martius, Varnhagem, Capistrano, Machado de Assis, Laudelino Freire, José Veríssimo, dentre tantos outros sofreram os ataques do escritor sergipano. Como era hábito em seus livros, Sílvio começava a atacar e algumas vezes escrevia um livro em resposta ao escritor que iria guerrear literariamente.

Não bastassem as duras críticas ao livro de Bomfim, acrescentava Sílvio que além da leitura elaborada pelo médico sergipano não ser nenhuma novidade, uma vez que já tinha sido abordada por Oliveira Martins, afirmava que das quais 2.276 páginas do livro, 1.444 foram parasitadas do escritor português, e em menor parte da obra de Rocha Pombo. Publicado em 1905, *A América Latina: males de origem* trazia uma leitura da realidade e da espoliação das colônias pelas metrópoles latinas. A leitura de Bomfim não estava restrita, como indica o próprio nome, ao Brasil, explicava a situação de espoliação dos países colonizados em toda a América Latina por suas metrópoles, tema de extrema relevância para o Brasil. Bomfim oferece uma nova leitura de Brasil, baseada na Educação como meio de superação do atraso, fugindo ao determinismo da geração de escritores de 1870, que apontavam o meio e a mestiçagem racial como causa do atraso brasileiro.

Por ter formação médica, em que a História era vista a partir da ótica das ciências naturais, ou melhor, tratava-se de uma história natural, Bomfim tomava metaforicamente o fenômeno do parasitismo presente nos reinos animal e vegetal para constatar a espoliação das colônias, detectando a ação deste. Se a teoria do parasitismo na História, como pensava Bomfim, “produziria a exploração predatória e o gosto pela vida sedentária, que levariam ao esgotamento dos recursos e à decadência das sociedades. A eterna luta entre parasita e parasitado seria, portanto, o principal fator das transformações históricas” (Ibidem, 40). Sílvio combatia o posicionamento de Bomfim afirmando que, “o parasitismo social, no que tem de real, é sempre a exceção num povo dado; absurdo é supô-lo estendido por uma nação inteira. Não poderia ela subsistir e menos ainda representar uma função histórica distinta”. (Ibidem, 47)

A teoria do parasitismo de Bomfim mostrava, segundo a análise de Sílvio, “uma linha de investigação falha”, uma vez que o conceito de parasitismo era utilizado de maneira desproporcional e tinha um sentido metafórico, algo que para o crítico literário acabava por ir de encontro à própria História Natural, tornando evidente que, “esse pretensão qualificativo não pode servir de base para a explicação da vida política, econômica, científica, histórica, em suma, de povos quaisquer”, redundando num *profícuo empirismo*. Num momento em que se buscava fundamentar as ciências humanas, de modo específico, a Sociologia a partir de leis, sob a égide do evolucionismo, enquadrando esta no amplo quadro das Ciências naturais, a causa da pobreza das colônias residia sobre o fato do caráter depredador da raça ibérica. Desse modo, “Foi mister transcrever longamente; transcrever e repetir. Repetições propositais para deixar bem evidente o caráter da conquista portuguesa: saquear, sem nenhum outro objetivo – a rapina, a pirataria, o parasitismo depredador”. (Bomfim, 2008, 58)

A questão central para Bomfim se dava sob a ideia de parasitismo, fenômeno existente tanto nos reinos das formigas quanto no das abelhas, impedindo assim o desenvolvimento das sociedades colonizadas. Fundamentado em Nordau e Schaeffle, autores de que Sílvio tomou conhecimento para interpretar o Brasil, Bomfim baseava-se justamente neles para se contrapor a ideia da *lei abreviada da História* de que a filogênese reproduz a ontogênese, a par da teoria da evolução. De forma apressada

traçamos a teoria da lei abreviada da história. Em *Ensaio de Sociologia e Literatura* Sílvia argumenta que a tese da recapitulação não é nova, daí escreve sobre a existência da lei fundamental da biologia formulada por Haeckel que afirma que o desenvolvimento embrionário (ontogênese) recapitula a evolução da espécie (filogênese). Seguindo o escritor, afirmava que autores como Bagehot, Schieffle, Lilienfeld, Le Bon, Spencer e Schleicher já aplicavam ideias darwinistas à história, à linguística, ao direito e à sociologia em geral. No Brasil, intelectuais como Clóvis Beviláqua, Martins Junior, Tobias Barreto e Arthur Orlando já falavam sobre ontogênese e filogênese do direito ou da sociedade em seus livros. Portanto, a influência da biologia na sociologia era amplamente conhecida.

Formado em Medicina na Bahia, o historiador e político mereceu elogios de Darci Ribeiro como um dos mais originais pensadores brasileiros, chegando a ocupar o cargo de secretário da Educação do Distrito Federal, de diretor e redator da revista pedagógica *Educação e Ensino*, além de ter produzido obras de cunho psicológico e didático. A teoria de Bomfim é construída pela noção de parasitismo, onde o médico sergipano analisa as consequências do processo nos países espoliados - as colônias latino-americanas. Alegava Sílvia que a pretensão da obra de Bomfim era semelhante à sua, sendo que sua obra perscrutava um quadro mais vasto. O historiador sergipano explicava a pobreza dos países colonizados pelo parasitismo, o que impedia a evolução de determinados órgãos. Sofrendo, pois, de leis semelhantes às dos reinos animal e vegetal, a sociedade era regida por leis inevitáveis, no que concluía:

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entrar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, evoluir, em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo uma cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum, um horror crescente pelas injustiças e iniquidades... Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho ela pode ter tudo. Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza. Deriva daí que não há o esforço íntimo para conhecer as coisas e os fenômenos, pois que as necessidades são satisfeitas; nem há o estímulo contínuo, vivaz e eternamente novo, da natureza sobre o nosso entendimento, visto como vivemos dela afastados. Em tais condições, é lógico que a inteligência não poderá progredir, decairá. (Ibidem, 24)

Para Sílvia duas formulações sociológicas valiam-se da teoria de Haeckel: a primeira diz que “cada povo se desenvolve e recapitula as fases anteriores da evolução da espécie humana” e a segunda

defende que “sempre que a civilização se desloca de uma região para outra e o grupo civilizado se põe em contato e fusão com gentes em períodos inferiores de cultura, a história volta séculos atrás e passa a recapitular sumariamente as fases passadas da história da humanidade”. O crítico literário critica a forma genérica com que se apresentava a primeira lei, afirmando que ela não dizia em que grupo, ramo ou raça da espécie humana deveríamos procurar a evolução exemplar. Já a segunda formulação não poderia aspirar à universalidade, como gostariam autores como Tarde e Comte, devendo ficar restrita a colonização moderna, datavam no máximo da Idade Média. Outra falha, para Sílvia é esta segunda formulação ignorar a pré-história, a alta antiguidade e as civilizações originais e autóctones.

Para entender a ideia de recapitulação histórica, afirma o autor, é preciso aceitar a existência de diferentes fases da evolução da história humana e a ideia de que cada povo repetiria necessariamente cada uma delas. Mesmo aceitando a coexistência de diferentes povos em graus diferentes de cultura, como o ponto de partida deles seria o mesmo (monogenia), o resultado final seria igual para todos e isso, mostra Romero, não acontece. Os escritos do transformista Letourneau sobre direito, família, religião, casamento e propriedade, juntamente com os de Spencer, Tylor, Lubbock, Morgan, S. Maine, Mac-Lennan “e cem outros”, “torturam a recapitulação histórica em todos os sentidos” (Romero, 1906, 5). Citando grandes trechos de autoria de Letourneau e Daresle, o autor procura mostrar *sem sombra de dúvidas* que a ideia de recapitulação está presente em todos eles e conclui afirmando ser a Lei um “exagerado monogenismo da cultura que certo grupo de filósofos evolucionistas ensina por imitação ao monogenismo das espécies animais, dogma fundamental da doutrina em biologia”. Aceitar a origem única para todas as raças humanas parece um equívoco para Romero, já que “uma interpretação mais vasta do sistema, pelo que diz respeito ao homem e à civilização, chegou de há muito a admitir o poligenismo destes.” (Ibidem, 6)

Voltando ao livro de Bomfim, afirmava este o principal motivo da pobreza das colônias: devia-se ao caráter depredador das metrópoles. O luxo e a ostentação eram parte integrante da ganância, dos ataques fortuitos seguidos pelo gosto da depredação; tudo isso levou, segundo Bomfim a degeneração das colônias. Frente este trágico quadro “Como se poderão desenvolver e apurar os sentimentos altruísticos, de justiça e equidade, de cordialidade e amor, numa sociedade que sucede viver, justamente, de uma iniquidade – do trabalho alheio?....” (Bomfim, 2008, 24)

Assim como na vida orgânica de seres pertencentes aos reinos animal e vegetal, a sociedade era regida pela inevitabilidade das leis fatais integrantes do processo evolutivo-histórico, ou seja, a sociedade poderia ser explicada a partir de leis. Bomfim lançava um olhar à História pelo menos num primeiro momento de sua *América latina* atinando para a relação entre o *explorador* e o *explorado*, composto o último grupo por milhares de negros e ignorantes, produtos do parasitismo que se operou nas colônias. Tratava-se, como designava Roberto Ventura e Flora Sussekind, de uma *teoria biológica da mais valia* (1984). Embora elabore Bomfim uma leitura por demais científica acerca das sociedades espoliadas, o escritor não pensa que seja a raça, e como consequência, a mestiçagem, a raiz do atraso da sociedade, ao contrário de Sílvia que atribui a esta a causa do atraso brasileiro. Sobre Bomfim anota Antonio Candido que o médico

Rebate inclusive o aproveitamento errado da teoria da seleção natural pela luta das espécies, de Darwin, que segundo ele não se referia às sociedades humanas, nas quais são decisivas a solidariedade e a cooperação, sendo curioso que neste passo adota sem citar o ponto de vista de Kropotkin, no livro "O auxílio mútuo", uma das grandes bases teóricas do Anarquismo. Manoel Bomfim diz também que a mestiçagem não é fator de inferioridade, pois não há nela degenerescência de raças pseudopuras. (Candido, 1988, 12)

Em seu estudo sobre *radicalismos*, em que busca identificar o que faz de um escritor um radical, Antonio Candido lembra a injustiça cometida ao médico sergipano,

Creio que foi o primeiro a elaborar um modo inconformado e desmistificador de ver a nossa Independência, assim como a natureza e o papel das classes dominantes, que estudou à luz da sua tradição irremediavelmente conservadora. E terá sido dos primeiros a rejeitar a noção pseudocientífica de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de progresso a fatores de ordem social e cultural (Ibidem, 12)

Um dos motivos aludidos por Candido para o esquecimento de Bomfim deveu-se justamente a convicção de Sílvio, que na época exercia grande força. Para além dos revides de Romero a Bomfim, podemos perceber pontos em comuns entre os dois sergipanos. Trata-se de dois escritores que buscavam encontrar leis explicativas no desenrolar da sociedade brasileira num período marcado pelas certezas oferecidas pela visão evolucionista e pelo darwinismo social. Se ao mesmo tempo estes intérpretes brasileiros buscaram as chaves explicativas para investigar os problemas ou as raízes do atraso do país, por outro lado, enfrentaram os dissabores para explicar os problemas internos a luz das teorias alienígenas.

Não existiam somente diferenças no olhar de Bomfim com relação ao tempestuoso Sílvio. Em primeiro lugar, esses dois polígrafos pensavam que o conhecimento de causa pudesse trazer uma *chave explicativa* na confecção de seus projetos ideológicos de nação, daí suas investidas minuciosas nesta ou naquela corrente de ideias em busca da superação do atraso brasileiro. Neles, as ideias confundem-se com a busca pelo atraso brasileiro. A mesma paixão pelos problemas nacionais do médico era a característica principal do bacharel. Sempre no prefácio de suas obras Sílvio se antecipava às possíveis críticas de seus adversários em nome de um ideal maior, fosse remetendo a justiça ou mesmo se justificando de maneira clara com a afirmação de que não visava interesse pessoal, mostrando-se neutro, reforçando ainda mais seu *espírito geométrico* (Rabello, 1967) e científico, quando de uma república de vespas, coberta de agraciados ou medalhões literários que atingiam seus objetivos devido a relações de amistosidade. Já Bomfim falava que “A América Latina era um livro nascido, animado, alimentado e divulgado pelo sentimento; não o sentimento dos interesses pessoais, que obscurecem a razão e pervertem o julgamento, mas um sentimento que só aspira alcançar a verdade – a causa efetiva desses males, dentro dos quais somos todos infelizes; o desejo de subir à civilização, à justiça, a todos os progressos”. De forma semelhante em *História da Literatura Brasileira*, a obra mestra de Sílvio, que contém as bases do pensamento do escritor, logo no prólogo continha a seguinte frase: “este livro é um livro de amor, feito por um homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração o peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria...”. (Romero, 1902, IX)

Nas respectivas obras, podemos perceber a busca dos autores pela imparcialidade, no que a priori se justificavam contra toda e qualquer suspeita de interesse pessoal em nome do conhecimento do “verdadeiro” Brasil. Sílvio, numa espécie de apoteose ao seu próprio pensamento, afirmava que os mesmos problemas no que tange à situação brasileira nos mais variados aspectos era o propósito do médico: “Como se vê, é o mesmo problema abordado, por outras vias, por outros processos, por outras doutrinas, pelo Sr. Dr. Manoel Bomfim em seu livro *A América Latina*. O seu quadro é apenas mais vasto, porque ele cogita de todo o continente e eu me refiro somente ao Brasil.” (Romero, 1906, 10) A palavra de ordem era encontrar os males do país para formação de um projeto nacional, transformando este numa nação a imagem e semelhança das grandes nações europeias, intento da elite intelectual e política brasileira da época. Dessa forma a raiz do atraso brasileiro se dava pelos prejuízos de uma raça mestiça, influência sofrida pela obra de Gobineau, surgida em 1850. Foi um período de pensar uma nação livre, sem a participação do negro na economia, o que corresponderia ao Brasil entrar no rol dos países capitalistas e moderno.

Vertentes e mais vertentes do pensamento de Spencer, por exemplo, por aqui se desenvolveu, afora o interesse político das ideias, tão bem lembrado por Lilian Schwarcz e Ângela Alonso. Por demais conhecida é a colocação de Roberto Schwarcz lembrando que as ideias estavam fora de seus lugares, o que significa dizer que tais ideias para terem sentido precisavam de um terreno adequado. O arsenal teórico do que era conhecido à época serviu para mostrar que as sociedades seguem um caminho linear rumando a civilização e que esta civilização não progride com seres “degenerados” ou impuros. Todos os intelectuais a época de Romero advogavam com a ideia de que “a raça faz uma sociedade”.

O argumento de Sílvio pela observação direta dos fatos, almejando sempre a imparcialidade, traço singular assimilado pelos ensinamentos da Escola de Le Play, era também a pretensão do médico. O amor ao país e a busca pela compreensão dos problemas nacionais em seus mais variados aspectos, para os dois escritores, se mostrava de fundamental importância. Os dois sergipanos buscavam compreender a situação de pobreza do país que diziam amar, buscando a identificação destes, com o objetivo de propor soluções. Se Bomfim utiliza o conceito de *vício*, Sílvio adotava o de *males*. Mais do que simples conceitos, o que há de significativo é a visão que esses dois ensaístas possuíam sobre a colonização portuguesa, responsável pela herança colonial, que, por sua vez, gerou *interpretações de Brasil*, o que nos leva a buscar compreender como pensaram a formação brasileira e projetaram o Brasil do futuro.

III. Herança Portugal: um bem ou um mal?

Ainda que alguns intérpretes movessem críticas à herança colonial portuguesa, foi esta herança que maior influência marcou o Brasil. O romantismo que significou autonomia literária (Candido, 2004) se fez acima de tudo pelo que figuras portuguesas haviam escrito sobre o Brasil, que agora ganharia um tom idílico envolto às particularidades da fauna e da flora nacional. O anti-lusitanismo aludido pela geração cientificista foi tema bastante debatido, uma vez que pensar o Brasil era buscar nossas raízes, o que tínhamos de capaz de erigir uma história digna de um projeto nacional, seria o ponto de partida da história do país. Lembremos a construção erigida pelos homens do IHGB que

transitavam pela geração da corrente romântica, erigindo uma imagem estritamente branca e elitista (Guimarães, 1988) resguardada sob uma pequena elite enriquecida que se formou sob a famosíssima universidade de Coimbra, tema muito bem analisado por José Murilo de Carvalho. Essa pequena elite da primeira metade do século XIX embasou o pensamento político desse Brasil independente, configurando uma sociedade típica do *ancien régime*.

Atuando noutro momento da história do Brasil, buscaram Bomfim e Sílvio compreender o país não mais a partir do quadro gigantesco da fauna e da flora, em que essa natureza não possibilitava o alvorecer de uma sociedade civilizada, tamanha eram as adversidades do meio. Neste momento ganha corpo um vasto manancial teórico que mostra ao ocidente as teorias do evolucionismo, do determinismo e do positivismo, fruto de transformações que marcaram todo o mundo. Pontualmente falando, é desse emaranhado de ismos que surge o racismo considerado científico, hierarquizando os seres a partir de parâmetros cientificamente comprovados, segundo diversos assimiladores dessas ideias. Era o *racismo científico* que formou a mente de nossa elite intelectual dos três últimos decênios do século XIX. Se os escritores românticos bem relacionados ao intelectual e imperador Pedro II concebiam o Brasil de maneira estilizada, a geração de Sílvio e Bomfim se esforçaram tenazmente para retratar um Brasil real, convictos que estavam das certezas oferecidas pela ciência da época.

Bomfim e Sílvio, mesmo vivendo num Brasil independente, se inquietaram com antigas temáticas que remetiam à herança portuguesa, uma delas, o temor da restauração. Os dois escritores bem podem nos servir de base para a imagem que tinham do Brasil da época. Bomfim concebe os males brasileiros ou a involução de todo o organismo social decorrente do parasitismo, ao passo que Sílvio, mesmo reconhecendo traços positivos da herança portuguesa em nosso país, não perde de vista aspectos negativos dessa mesma herança, pois para este ainda que se trate de uma raça europeia trata-se de uma raça que ao tempo da colonização se encontrava em estágio de decadência, havia muito se desvinculado de seu tronco, o que para o crítico, explicava a formação de um Brasil com a predominância da cultura de jardinagem, em que o colonizador português não soube prover da melhor forma a mão de obra escrava, desagregando cada vez mais a família. Não despreza Bomfim o meio, o tempo e a origem para explicar as doenças sociais. Com precaução, podemos afirmar que Sílvio, por vezes, se posiciona da mesma maneira de Bomfim, utilizando apenas terminologias diferentes.

Assim como Romero, Bomfim pensava a sociedade regida por leis, não as mesmas leis aplicadas aos estudos das Ciências naturais, mas acreditava em leis gerais explicativas do grau de desenvolvimento das sociedades: era a cartilha do positivismo, esteio das sociedades civilizadas. Lembremos que Sílvio lutou insistentemente para fincar os Estudos Morais, como a História e a Sociologia, sobre bases científicas, donde classificou as disciplinas como *Ciências* e *quase Ciências*. A grande diferença entre os dois polígrafos é a relevância do elemento raça como parâmetro de suas interpretações: Romero se apegava ao elemento raça para ler o estágio cultural e biológico, ao passo que Bomfim pretere o viés determinista de toda a geração anterior (e mesmo contemporânea sua) sem perder de vista noções como o meio, o lugar, as condições do tempo, os antecedentes históricos, traços pontuados por Sílvio. Presenciamos alguns elementos da conhecida tríade taeneana que marcou época e orientou as leituras sobre as culturas ocidentais.

Como médico, Bomfim possui uma visão fisiológica, partindo dos estudos dos reinos animal e vegetal, para compreender a situação de espoliação das colônias ibéricas. Com isso, supõe o escritor que a sociedade humana, assim como outros tipos de sociedades vivas, segue a evolução em que determinadas espécies deixam de evoluir porque encontram o comodismo da sustentação, no caso, o parasitismo. A espoliação causada pelo parasitismo impossibilitava a evolução de certos órgãos, visão criticada por Sílvia, uma vez que “não basta dizer que isto aqui foi obra de parasitários e supor que tudo está aclarado, todas as dúvidas resolvidas” (Romero, 1906, 40).

Escrevia Romero que a noção de parasitismo era vaga ou mesmo desprovida de rigor conceitual, não podendo servir de base para a análise da História, da Política e da Economia. *Parasita* referia-se apenas ao predicado, sem deixar claro qual era o sujeito, ou melhor: segundo Sílvia esta terminologia poderia funcionar como sintoma e não como causa, por isto que se tratava de um conceito claro e indeterminado. Acrescentava ainda que o conceito de parasitismo “tem ainda hoje um pronunciado sabor metafórico”, daí é que “muitas vezes, dá-se o caráter parasitário a quem não o merece; crer-se artificial o que é natural; acredita-se inútil quem presta reais serviços.” (Ibidem, 40)

O cerne da teoria de Bomfim, conforme visão de Sílvia Romero ficava sem sustentação, pois a ideia de parasitismo era utilizada de maneira metafórica, representando assim o flagelo da Sociologia. Como sempre se posicionara frente a seus adversários, alegava Sílvia que faltava a Manoel Bomfim base científica. Com relação ao médico sergipano afirmava o bacharel que faltava consistência etnográfica diante de suas doutrinas capitais, das fontes em que bebeu, daí suas precipitações. Aqui não podemos deixar de lembrar o comportamento agressivo de Sílvia, que como bem lembrou Ventura historiando as arengas dos escritores do século XIX tratava de ferir a honra de seu adversário, muitas vezes desqualificando com o uso da terminação *inho*, representando sua nulidade literária. Era praxe de Romero alegar falta de caráter científico por parte de seu adversário, trazendo para si o fato de ter sido o primeiro escritor brasileiro a interpretar o Brasil a partir de uma teoria racial.

O temperamento forte de Sílvia não permitia reconhecer mérito em nenhum de seus adversários. Sempre se posicionava de maneira agressiva, e com relação à Bomfim não fora diferente, se defendeu como era comum afirmando ter sido agredido, daí que “verifica-se que a nota preponderante nas acusações que me faz é a da inveja... Em cinco ou seis pontos da furibunda epístola, surge essa insinuação insistente” (Ibidem, 240). Alegava Romero que Bomfim era um invejoso, afirmando que: “coitado do Invejado! Tanta sandice! Que curto é esse demônio! Como dá trabalho, como é aborrecido lidar com um rapaz tão tapado! Bomfim não sabe nada de Ciência alguma e exatamente nas Ciências Naturais é que ele é completamente zero. Tudo aquilo está errado”. (Ibidem, 226)

Sílvia revidou tenazmente, numa série de vinte e cinco artigos o livro de Bomfim. Além da acusação de que o livro de Bomfim carecia de base teórica, acrescentou que não passaria o conteúdo do livro de meros temas já abordados por Oliveira Martins e Rocha Pombo, alegando que o universo tratado em *A América Latina* não era nenhuma novidade, mas a grande importância da obra de Bomfim se dava por conta do combate às teorias raciais, as teorias do Positivismo, do Evolucionismo e do Darwinismo social, tão bem conhecidas pelos homens da geração de Sílvia.

A leitura sociológica de Bomfim tinha estrita “fundamentação biológica”, remetia aos mundos do reino animal e vegetal, ao passo que a leitura de Sílvia era balizada especificamente pelo critério

racial. Sílvia era um homem de *espírito geométrico* como bem anotou Sílvia Rabelo, sua intuição moderna que tanto aludia em seus trabalhos aspirava até uma poesia científica, era um homem de visão minuciosa, típica do mundo científico; Bomfim quando usa a metáfora do parasitismo escapa ao determinismo vigente a época de Sílvia Romero, o que o médico defende é que existem leis explicativas ao organismo social.

O organicismo de Sílvia é parte integrante do cientificismo da época, ao passo que a visão de Bomfim é mais localizada, bem mais específica, mas que se estende pelo menos num primeiro momento à trama social, opondo opressores e oprimidos, e que acima de tudo, suprime o fator racial na constatação do progresso ou da decadência das sociedades. De um lado, um médico escritor que entendia de Fisiologia e Parasitologia; de outro, um bacharel ainda preso à visão científica tributária da História Natural que classificava as espécies em busca de situar o homem como as outras espécies.

Os dois escritores são tributários de um campo de conhecimento em formação, formado sob a égide do evolucionismo, mas são dois polígrafos de cientificismos diferentes. Percebemos pontos de encontro entre Sílvia e Bomfim. A Educação era tema de suma importância para os dois escritores na aposta ou regeneração do Brasil do futuro. Se Romero deu tanta importância para o conhecimento da *crítica moderna*, deixando clara sua aposta no que havia de mais recente no plano científico, atinando para a classificação das Ciências, para os diversos tipos de ensino, etc, Bomfim mostrava a importância da Educação para superar o atraso do país, “após a consolidação da República com Floriano, a Educação popular se apresentava como maior problema do país. Tinha a sua atenção voltada, nesse momento, para as dificuldades que representava para a formação do espírito nacional a “massa popular inculta e incaracterizada” que a República tinha como dever educá-la” (Silva, 2006, 22).

Apesar da formação médica, Bomfim afastava toda e qualquer análise apenas fixada na Biologia, acreditando até numa revolução por meio da Educação, Bomfim tirou conclusões inovadoras de sua análise do parasitismo na História da América Latina. Mesmo sendo o “grande mal” dos países do subcontinente, o parasitismo social não traria, ao contrário do biológico, modificações orgânicas irreversíveis, ficando seus efeitos limitados à ordem moral. Apesar de conceber a sociedade como organismo, procurou investigar as leis não biológicas, específicas aos fatos sociais acreditando que a noção de parasitismo social pudesse ser extirpado pelos explorados por meio do ensino popular ou da rebelião contra as diversas formas de espoliação: “as populações podem refazer a sua Educação social, corrigindo os vícios havidos na tradição parasitária, e entrar para o progresso; é uma questão de Educação”. Conforme pontua Roberto Ventura: “Ao colocar limites às analogias entre natureza e sociedade, Bomfim rompeu com o pessimismo e o determinismo das teorias do meio, da raça e do caráter nacional, concebidos como fatores imutáveis e inelutáveis”. (Ventura, 2002, 251)

Tanto para Sílvia como para Bomfim a raça colonizadora portuguesa foi responsável pela conjuntura miserável do Brasil da época. Cabe aqui uma ressalva: nenhum autor esmiuçou categoricamente os conceitos biológicos como Romero e não é gratuito seu esforço em buscar classificar rigidamente as áreas de saber em *ciências* e *não ciências*. Se para Bomfim foi o caráter parasita que explicava a situação de miséria das colônias espoliadas pelas suas respectivas metrópoles, quais eram as causas do atraso brasileiro na visão de Sílvia?

A herança portuguesa, segundo ele, tinha pontos positivos e negativos. Reconhecia Sílvia à importância de um Camões, de um Pinheiro Chagas e até da *Geração de 70* portuguesa, embora discordasse da geração de Herculano por causa de sua visão romântica. Por mais que considerasse a raça portuguesa inferior quando comparada com as raças do ramo anglo saxão, restava o fato de ter sido o Brasil colonizado por uma raça europeia, “aos portugueses devemos a colonização por uma raça européia, seu sangue e suas idéias, que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental. Pertencente, porém, ao grêmio dos povos iberos-latinos, trouxe também seus prejuízos de toda casta, políticos, sociais, religiosos, econômicos, e tantos males crônicos que lavram na alma daqueles povos”. (Romero, 1960, 107)

Traçando de maneira pormenorizada as regiões mais importantes de Portugal, acompanhado de sua geografia e dos produtos nele cultivados, o que é crucial para Sílvia é o caráter dos povos oriundo do tronco ibérico,

gentes comunárias de origem, descendentes fundamentalmente de berberes patriarcais, na dupla forma da família e da propriedade, os algarvios, como todos os portugueses aliás, foram, no curso de História, reforçados em suas tendências originárias do século VIII ao século XII ou melhor XIII, pois que sua reconquista aos árabes foi em 1249, cento e dez anos após a independência do reino. (Ibidem, 251)

Para analisar os pontos positivos e negativos da colonização portuguesa, era indispensável realizar uma leitura do enorme território ibérico, assim fez Sílvia apontando a seu ver quais eram as regiões mais importantes do Brasil. Antes de algumas análises, vale dizer que o argumento central de Sílvia para pontuar os pontos positivos e negativos da colonização portuguesa no Brasil recaía no fato de ser o colonizador oriundo do tronco ibérico, de *formação comunaria*, o que explicava a forma de legislação civil, a economia e, sobretudo, a falta de iniciativa. Desse modo,

ficaram de posse das fraquezas e defeitos da primitiva e persistente constituição social, sem as suas grandes vantagens. Não tem mais o apoio direto e constante do grupo, do clã, da família, que de patriarcal se tornou instável; falta-lhes a iniciativa do tentar, a autonomia do querer, a audácia do empreendimento, a coragem irrefreável da luta, a audácia do empreendimento, a coragem irrefreável da luta, o estímulo do progredir e do avançar, a atração irresistível do grande, a loucura do futuro, quero dizer, a fé inabalável num ideal coletivo, deslumbrante e invejado no mundo. (Ibidem, 252)

O cerne da argumentação envolvia a questão racial, uma vez que os fatos históricos não deixavam dúvidas, “conhecido o Estado português do povo, uma indução, fundamentada pelos fatos, facilitará a apreciação de suas origens étnicas e de seu evoluir histórico” (Ibidem, 247). Era investindo no caráter nacional do ibérico que Sílvia compreendia a situação do país impelindo a buscar as origens étnicas do colono. Baseando-se nos teóricos da Escola de Le Play, mencionando sempre alguns desses autores para provar que suas ideias eram indiscutíveis, o crítico via pontos negativos da colonização portuguesa no Brasil.

Sempre em busca da índole dos povos, influência do romantismo alemão, especificamente de Herder (o nacionalismo deste marcou os escritos dos irmãos Grimm) e dos teóricos da Escola de Ciência Social, que teve como figura principal Demolins, Sílvio pensava que “só assim se descortinará o motivo porque até ilustres sociólogos e economistas, como Basílio Teles, Anselmo de Andrade, Rocha Peixoto, Bento Carqueja, Ripamonti, são tão hábeis e perspicazes em descobrir os males de sua pátria e tão desazados em procurar-lhes as causas, as fontes e os remédios” (Ibidem, 247).

Mesmo diante de um enorme território português, que Sílvio divide em três grandes regiões, por sua vez subdivididas, prevaleceram o bérbere ou os iberos que foram “a base principal, indelével, inapagável das populações históricas de toda a península, tronco primordial e resistente, no qual todos os subsequentes achegos étnicos não passam de enxertos, mais ou menos fecundos e viáveis” (Ibidem, 248). Buscando encontrar a índole deste Romero discorre sobre as regiões consideradas mais importantes, como o Algarves, analisando o modo de vida das pessoas, sua organização social, seu modo de sobrevivência, etc. Após descrever a origem do berbere, o que interessa a Sílvio é a índole da raça portuguesa, algo que o clima, a forma de viver, e o país, não conseguem alterar. Aqui aparece o determinismo racial do escritor que nada consegue reparar. Somente buscando a índole do íbero ou do berbere é que o escritor pontua os pontos negativos da colonização portuguesa no Brasil: o modo de vida desde as origens deste povo são as causas alegadas para explicar a situação brasileira.

Era sempre a formação de um povo sem iniciativa. Sílvio era categórico com relação à índole da raça portuguesa, “os povos de tronco ibérico, enumerados em Estrabão e cuidadosamente por eles distinguidos dos fenícios, dos célticos, dos romanos e de todos os povos residentes, então, na Península, não eram, nem são, agora, em seus descendentes, de formação particularista, dotadas de forte iniciativa criadora, de audaciosos impulsos de renovação, progresso e riqueza” (Ibidem, 251-252). Após traçar as várias regiões de Portugal e discordar de Alexandre Herculano e Oliveira Martins, remontava ao geógrafo grego Estrabão na busca do caráter português, herdeiro dos bérberes e dos iberos. O resultado de um território grande, com o predomínio de uma vasta colheita era, “como entra pelos olhos adentro, a gente portuguesa, com tão agradáveis espécies de culturas, não passou, em lavoura, da mera jardinagem e da simples colheita remuneradora, quase sem trabalho” (Ibidem, 265).

Era em função da índole de formação comunária que Sílvio justificava tanto a situação portuguesa como os pontos negativos da colonização no Brasil, por ter sido o país colonizado pelos portugueses. A conclusão desse estado de coisas era que

Na sua passagem, **verbi gratia**, para a Península Ibérica, ele se desorganiza em conflito com inúmeras condições do meio e da concorrência de elementos estrangeiros e chega à formação desse tipo comunário de Estado, tendo como base a família instável, como se pode ler em Demolins – *Les Grandes Routes des Peuples*, em Poinard – *La question du Maroc* e *Le Portugal Inconnu*, em de Preville – *Les Sociétés Africaines*. (Romero, 2001, 202)

Concluía Sílvio que “Tal a raiz em que se vai prender a desordem atual da política portuguesa, que serve de Ilustração da nossa” (Ibidem, 202). Como se não bastasse à falta do espírito de iniciativa

da raça ibérica, no brasileiro que habitava desde o extremo norte ao extremo sul, esse caráter ibérico só se desestabilizou devido a passagem da formação da família *patriarcal absoluta* para a *família instável*. Era a partir da formação social ou do tipo de Educação (comunária ou particularista) que Sílvio explicava a importância do trabalho e de toda a organização social, e, sobretudo, o modo de viver de milhares de pessoas chefiadas por um líder local que a ele se submetiam em troca da mera subsistência. Se existia algo de positivo por parte do colonizador português, logo apareciam os problemas, uma vez que “Pode-se até dizer que algumas boas qualidades de que eram portadores os colonos europeus se dissolveram ao contato de índios e negros e do novo meio tropical, que obraram como uma espécie de reagente químico de índole destruidora.” (Ibidem, 58)

Romero ora mostrava um apego ferrenho ao fator racial, ora dava margem para a relativização desta leitura determinista. Do ponto de vista político, quando se perguntava pela melhor forma de representação nos países colonizados pelos ingleses, povo formado sob uma educação particularista, explicava o surgimento do sistema parlamentarista, elemento típico do Estado Moderno, o que não fora possível nas Américas, dada a inaptidão da raça que não saberia viver com a presença de certas instituições. Mesmo reconhecendo o caráter de falta de iniciativa do português, Sílvio percebe uma unidade conjuntural de Portugal e pensa que não existiam no Brasil na época diferenças suficientes para que a colonização tivesse se processado de outra forma.

Se para países como os Estados Unidos, o mais adequado era uma colonização em que a grande preocupação se referia a possíveis separatismos; com relação ao Brasil, afirmava que “tanto era este o tipo adequado ao novo país que se ia povoar, á nova gente que se ia constituir, que as tentativas dispersivas nunca lograram vingar, por si mesmas definham e morriam.” (Romero, 1908, 279-280)

Mesmo com todos os pontos negativos apontados, tinha sido o Brasil colonizado por um país europeu, por uma raça que, mesmo em estado de degeneração, biologicamente era superior a negros e índios. O fato de Sílvio afirmar que outra não poderia ser a colonização no Brasil, em nenhum momento autoriza a convivência com a colonização portuguesa: é que o ideal seria o Brasil colonizado por um povo europeu, mas de formação particularista, com um espírito de iniciativa. Assim, o que resta ao ensaísta é descrever a situação política do Brasil, onde imperavam de norte a sul as oligarquias, a Política como meio de vida, a corrida aos cargos públicos, o desinteresse pelas questões nacionais, tudo isso resultado do caráter nacional brasileiro, mórbido e apático.

¹ Cícero João da Costa Filho Realizou os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Programa de História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898)*, *Sílvio Romero: literatura, raça e política (1851-1914)* e *No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)*. cicerojoaofilho@gmail.com

² As Teorias climáticas assentada sobre os bons ventos num meio favorável ou inóspito eram ao tempo de Sílvio concebida como a mais consistente teoria. Escreve Sodré: “Não nos surpreende, assim, o apreço que Sílvio Romero, há tantos lustros atrás, concedia a Taine, servindo-se ainda de um sub-Taine, o higienista Michel Levy. Era a ciência de seu tempo. Não aceitaríamos, hoje, por exemplo, a repartição do clima brasileiro apresentada por Sílvio, no capítulo que estudamos. Mas isso é naturalmente um detalhe. O principal, o fundamental está nas conclusões, nos conceitos. Estudo do clima, aliás, não oferecia melhores perspectivas, aqui, ao tempo em que o mestre sergipano escrevia. Alimentava-se mais de conceitos, de impressões, do que de elementos colhidos na observação sistemática. Hoje mesmo, quando os postos meteorológicos estão espalhados pelo nosso território e as estatísticas estão espalhadas pelo nosso território e as estatísticas correspondentes podem ser levantadas, algumas conclusões a propósito do assunto padecem de dúvida. Que não seria, pois, ao tempo de Sílvio Romero?”. A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. pp. 85-86.

³ Ver análises sobre Nina Rodrigues em: BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Metamorfoses na interpretação do Brasil: Tensões no paradigma racial* (Sílvio Romeiro, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). São Paulo: FFLCH, 2009.

⁴ Para uma ligeira análise sobre a ideia de progresso consultamos as respectivas obras, LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999. MORGAN, L. Henry. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁵ Nesta obra encontramos as *Zeveirissimações Ineptas da Crítica* que apesar de ser endereçada ao crítico paraense José Veríssimo, Sílvio Romero desenvolve de forma detalhada a monografia de Martius apontando os desacertos do escritor bávaro no que diz respeito à contribuição dos índios, negros e do português para a formação do povo brasileiro. pp. 551- 587

⁶ Ver a dissertação de mestrado de José Maria de Oliveira Silva, *Da Revolução à Educação – Radicalismo republicano em Manoel Bomfim*.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BECELLI, Ricardo Sequeira. *Metamorfozes na interpretação do Brasil: Tensões no paradigma racial (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna)*. São Paulo: FFLCH, 2009.

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p.58

CANDIDO, Antonio. *A Sociologia no Brasil*. Tempo Social, 271/301, 18(1), nº. 1, 1959. p. 272

_____. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.

_____. *Radicalismos*. Estudos Avançados, 4(8), 1988. p.12

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro que não foi*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia. das letras, 1990.

CHACON, Vamireh. *História das Ideias no Brasil*. São Paulo, Grijalbo. EDUSP, 1977. p. 47

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a Antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.70

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 01, 1988.

HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUERRIERO, Silas. *Antropos e Psique: o outro e sua subjetividade*. São Paulo: olho d'água, 2008. p. 8

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº1, 1988. pp. 5-27.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MORGAN, L. Henry. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 34

PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

POLIAKOV, Leon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. 4º. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. p.50

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil*. Tempo Social; Revista Sociologia, USP, São Paulo, 1: 29-46, 1 sem, 1989.p. 30.
- RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvia Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RODRIGUES, Nina. *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1895. p.88
- ROMERO, Sílvia. *A América Latina: análise de igual título do Dr. Bomfim*. Porto: Editor Lello, 1906, p. 53.
- _____. *Estudos de Literatura Contemporânea*. (edição comemorativa). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracaju; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.562
- _____. *História da Literatura Brasileira* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1902. p.IX
- _____. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1984.
- _____. *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969. p.269
- _____. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001. p.202
- _____. *Provocações e debates. Contribuições para o estudo do Brasil Social*. Porto: Imprensa Moderna, 1908. pp.279-280
- SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra*. São Paulo, 1995. pp. 49-63. Disponível. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03
- _____. *O espetáculo das raças: raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Raça como negociação*. In: FONSECA, Maria Nazaret Soares (Org). *Brasil Afro-brasileiro*. 2º. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, José Maria de Oliveira. *Da Revolução à Educação – Radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado em História Social da FFLCH/USP. São Paulo, 2006. p.208
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.70
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.55
- _____. *Manuel Bomfim: A América Latina: males de origem*. In: Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. MOTA, Lourenço Dantas (Org). Um banquete no trópico. V.II. São Paulo: SENAC, 2002. p. 251
- VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- VIANNA, Oliveira. *O tipo brasileiro e seus elementos formadores*. In: Ensaios inéditos. Apresentação. Marcos Almir Madeira. Campinas: Editora da Unicamp. 1991. p.15
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil*. Tempo Social; Revista Sociologia, USP, São Paulo, 1: 29-46, 1 sem, 1989.p. 30.
- RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvia Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RODRIGUES, Nina. *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1895. p.88
- ROMERO, Sílvia. *A América Latina: análise de igual título do Dr. Bomfim*. Porto: Editor Lello, 1906, p. 53.
- _____. *Estudos de Literatura Contemporânea*. (edição comemorativa). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracaju; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.562
- _____. *História da Literatura Brasileira* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1902. p.IX

-
- _____. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1984.
- _____. *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969. p.269
- _____. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001. p.202
- _____. *Provocações e debates. Contribuições para o estudo do Brasil Social*. Porto: Imprensa Moderna, 1908. pp.279-280
- SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra*. São Paulo, 1995. pp. 49-63. Disponível. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03
- _____. *O espetáculo das raças: raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Raça como negociação*. In: FONSECA, Maria Nazaret Soares (Org). *Brasil Afro-brasileiro*. 2º. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, José Maria de Oliveira. *Da Revolução à Educação – Radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado em História Social da FFLCH/USP. São Paulo, 2006. p.208
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.70
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.55
- _____. *Manuel Bomfim: A América Latina: males de origem*. In: Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. MOTA, Lourenço Dantas (Org). Um banquete no trópico. V.II. São Paulo: SENAC, 2002. p. 251
- VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- VIANNA, Oliveira. *O tipo brasileiro e seus elementos formadores*. In: Ensaios inéditos. Apresentação. Marcos Almir Madeira. Campinas: Editora da Unicamp. 1991. p.15